

Capítulo 2

A QUESTÃO NACIONAL

Imperialismo e interesses recíprocos

O Relatório Brandt, resultado dos trabalhos de uma comissão internacional presidida por Willy Brandt, sob os auspícios das Nações Unidas, é mais um sintoma de que as relações de forças entre os países subdesenvolvidos, do Sul, e os desenvolvidos, do Norte, estão mudando a favor dos países subdesenvolvidos. O pressuposto fundamental deste relatório é o de que existem interesses recíprocos entre os dois tipos de país, de forma que haveria interesse por parte dos países centrais em promover o desenvolvimento dos países periféricos. Este pressuposto reflete um fato objetivo: torna-se cada vez mais difícil para os países desenvolvidos estabelecer uma relação meramente exploratória com os países do Sul, especialmente aqueles que alcançaram um estágio de subdesenvolvimento industrializado (os “new industrial countries”, NIC, na linguagem internacional), de forma que não resta outra alternativa senão dar ênfase aos interesses recíprocos e propor negociações.

A principal qualidade do Relatório Brandt está no fato de reconhecer e indignar-se com as diferenças econômicas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e de propor uma série de medidas tendentes a encaminhar a solução destes problemas a partir de um maior diálogo Norte-Sul. Ainda que as medidas possam merecer críticas por serem insuficientes, idealistas, ou representarem afinal o ponto de vista do Norte, elas podem transformar-se em uma base objetiva para negociações.

O principal defeito do Relatório Brandt, entretanto, está no fato de esconder ou ignorar os interesses contraditórios entre os países centrais e os periféricos. Este fato foi muito bem salientado por Severo Gomes no recente Seminário sobre o Relatório Brandt, realizado sob a coordenação do Ildes em Canela. É preciso explicitar o conflito, denunciar o imperialismo, para que nas negociações os países subdesenvolvidos possam obter vantagens efetivas.

Ainda que elaborado por uma comissão internacional, o Relatório Brandt representa um movimento do Norte em relação ao Sul. É uma proposta de diálogo que reflete a mudança na relação de forças que vem ocorrendo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em favor destes últimos. As matérias-primas que os países subdesenvolvidos detêm tornam-se cada vez mais escassas, diversos países subdesenvolvidos já alcançaram um nível intermédio de industrialização e são capazes de se defender. Por outro lado, a crise econômica e energética mundial e a necessidade de reciclar volumes crescentes de petrodólares exigem para sua solução que os países do Sul se transformem em mercados cada vez melhores para as exportações dos desenvolvidos. É a partir desses fatos que se pode falar na existência de interesses recíprocos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os quais é também necessário explicitar para em seguida serem base de negociação.

Eliminada a perspectiva insustentável (alimentada geralmente pelos países do Norte) de que os países desenvolvidos buscam generosamente a eliminação da pobreza nos países subdesenvolvidos, existem duas alternativas para avaliarmos as relações entre os dois tipos de país: uma é dar ênfase à relação basicamente imperialista e, portanto, exploratória; a outra, é procurar os interesses mútuos. Estas alternativas não são estritamente exclusivas e a prevalência de uma ou de outra dependerá, basicamente, da relação de forças entre os dois tipos de país.

A relação imperialista pura consiste na extração do excedente econômico através de tributos ou de preços de exportação e importação estabelecidos unilateralmente pelo país central. Esta alternativa só é possível nos quadros de um estrito regime colonial e está praticamente superada.

Uma segunda relação imperialista, já um pouco mitigada porque melhorou a relação de forças para o subdesenvolvido

graças à independência política, está baseada na troca desigual via comércio internacional. Essa teoria foi desenvolvida inicialmente por Prebisch. A transferência do excedente ocorre através da incapacidade dos países subdesenvolvidos de conservar para si os ganhos de produtividade, o mesmo não ocorrendo com os países centrais.

Nestas alternativas, principalmente na segunda, é essencial a aliança do imperialismo com uma oligarquia local, geralmente uma burguesia mercantil. As multinacionais podem aparecer, mas são ainda basicamente empresas agrícolas, extrativas e comerciais, que constituem enclaves nos países subdesenvolvidos. Grande parte do excedente é transferida para o exterior, mas, na segunda alternativa, a oligarquia local já participa de uma parcela do mesmo.

Na medida, entretanto, em que surge no país subdesenvolvido uma burguesia industrial local e/ou uma tecnoburocracia estatal capazes de reconhecer seus interesses nacionais e iniciar um efetivo processo de industrialização, temos uma terceira alternativa. Nesta, o imperialismo vai-se tornando ainda mais mitigado ao mesmo tempo que os países desenvolvidos começam a pensar em interesses recíprocos na medida em que o país subdesenvolvido se encontra em um nível intermédio de desenvolvimento. Teremos, então, uma situação de desenvolvimento industrializado, em que cabe ao Estado e, portanto, à tecnoburocracia estatal um papel decisivo no diálogo com os países centrais e na defesa dos interesses nacionais.

É claro que esta tecnoburocracia poderá aliar-se à burguesia local (quando ela existir) e fazer acordos os mais diversos com o capitalismo internacional, que poderão, inclusive, implicar graves prejuízos para o país. A independência da tecnoburocracia local em relação às multinacionais e ao capital financeiro internacional dependerá em grande parte da vigilância a que for submetida pelas forças populares. Na medida em que os trabalhadores estiverem mais bem organizados, permitindo que a tecnoburocracia encontre neles um apoio, a probabilidade de uma ação por parte do Estado mais consentânea com os interesses nacionais será muito maior.

Nesta terceira alternativa o imperialismo continua a operar através da troca desigual e de financiamentos a taxas de juros elevadas. Mas os controles dos países desenvolvidos nesta área são maiores, especialmente na medida em que consigam fazer acordos internacionais de preços. Por outro lado, surge uma

nova realidade: a empresa multinacional manufatureira, que não pode ser considerada um mero mecanismo de transferência de excedentes dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos. Ela ainda tem esse papel, mas ao mesmo tempo é uma agência fundamental de organização da produção de excedentes nos países que a recebem.

É no quadro dessa terceira alternativa, na qual a relação de forças entre o país subdesenvolvido e o desenvolvido é melhor do que as anteriores, que podemos falar em interesses recíprocos.

Os países subdesenvolvidos necessitam fundamentalmente de duas coisas dos países do Norte: crédito a juros baixos e transferência de tecnologia a preços razoavelmente baratos. Crédito, o capital financeiro internacional está disposto a fornecer, mas a custos muito elevados, devido, inclusive, aos riscos crescentes que decorreram da necessidade de reciclar os petrodólares. É claro que necessitamos fortalecer e criar novas agências de crédito internacional, nos moldes propostos pelo Relatório Brandt. Os países desenvolvidos precisam dos mercados dos países do Sul. Não há, portanto, outra alternativa senão aumentar o volume de crédito e, assim, aceitar índices de endividamento internacional muito mais elevados do que os vigentes antes da crise do petróleo. Caso contrário, será impossível reciclar os petrodólares e a economia mundial continuará em recessão.

É claro que é preciso saber aplicar os recursos destes financiamentos. O Relatório Brandt salienta este fato muito adequadamente, dando ênfase aos pontos que permitam superar os índices insuportáveis de pobreza, de analfabetismo, de desnutrição e de más condições de saúde existentes em todos os países subdesenvolvidos, mesmo naqueles que já alcançaram um nível intermédio de desenvolvimento. Mas em relação a este problema a responsabilidade terá de ficar fundamentalmente com os próprios países subdesenvolvidos. Ou eles se organizam política e economicamente, a partir de bases populares, ou a miséria e a desigualdade continuarão a imperar, apesar de todos os financiamentos.

Em relação à transferência de tecnologia as dificuldades também são imensas, porque é certo que os países do Norte têm todo o interesse em não transferir tecnologia. Querem transferir capital, que lhes proporcione mais-valia, mas não querem trans-

ferir tecnologia, cujo monopólio é sua principal vantagem. Mas aqui também o problema é essencialmente dos países do Sul e de sua capacidade de se organizar e se estruturar para absorver a tecnologia externa.

Em síntese, não há dúvida de que existem interesses mútuos crescentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, especialmente na medida em que as ações meramente imperialistas vão ficando cada vez mais difíceis. Mas para explicitar e tirar vantagens desses interesses recíprocos será necessário negociar. Estas negociações, por sua vez, dependerão da capacidade das elites tecnoburocráticas e eventualmente burguesas existentes nos países subdesenvolvidos. Mas essas elites dificilmente terão a independência e a audácia necessárias se não contarem com o apoio (ainda que relativo) e a vigilância das classes populares. A relação de forças entre desenvolvidos e subdesenvolvidos dependerá em grande parte desta capacidade de organização dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos, na medida em que esta organização condiciona a própria identidade nacional de cada país. Ora, só é possível aos trabalhadores organizarem-se na medida em que se estabeleça a democracia. Por isso é possível afirmar que a democratização nos países subdesenvolvidos é também uma condição fundamental para o fortalecimento desses países em seu diálogo e em seu confronto com os desenvolvidos. (20/06/80)

Brasil e Estados Unidos: tutela e cooperação

As relações de cooperação e conflito que unem os Estados Unidos e o Brasil são o pano de fundo da visita do presidente Reagan a este país. Embora o presidente norte-americano esteja visitando outros países latino-americanos além do Brasil, há boas razões para acreditar que o principal objetivo desta viagem seja realinhar o Brasil com os países do Primeiro Mundo em troca da contribuição do governo norte-americano para que o Brasil consiga superar o problema de sua dívida externa sem uma ruptura de caixa, que causaria graves prejuízos para o País. É preciso assinalar, entretanto, que uma ruptura de caixa do Brasil implicaria também enormes prejuízos para os grandes bancos norte-americanos. Ao evitar a insolvência brasileira, portanto, o governo norte-americano defende os interesses dos seus próprios bancos. Não obstante, deseja, em troca, um realinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Cooperação e tutela

misturam-se, assim, de maneira quase inextricável nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

-1-

Não é fácil avaliar as relações entre dois países. De um lado, as relações de imperialismo confundem-se com as de co-operação. De outro, é preciso não confundir um país com suas classes dominantes. Apesar da hegemonia ideológica que estas exercem sobre o restante da população, a distinção é essencial.

No caso das relações Brasil-Estados Unidos, a estreita aliança entre as classes dominantes dos dois países sempre foi um fato. Mesmo na época em que se falava em certo nacionalismo da burguesia, esse nacionalismo industrializante jamais chegou a criar um sentimento antiamericano. Quando as multinacionais industriais, principalmente as norte-americanas, entraram em massa no Brasil, nos anos 50, a aliança entre a burguesia local e as multinacionais consolidou-se. E essa aliança foi selada com a Revolução de 1964, na qual, embora minoritária, a participação imperialista dos Estados Unidos é conhecida.

A partir de 1974, entretanto, depois de quase trinta anos de expansão, as economias capitalistas em todo o mundo entraram em crise. A onda longa de Kondratieff do pós-guerra esgotava-se. As grandes inovações tecnológicas do pós-guerra – o avião, a televisão, os computadores, a indústria petroquímica e a segunda onda de desenvolvimento da indústria automobilística – perdiam força desde o final dos anos 60 e afinal entraram em colapso com o primeiro choque do petróleo, em 1973.

A crise da economia mundial irá refletir-se negativamente nas relações entre os países, especialmente entre aqueles que mantêm relações econômicas estreitas como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. O crescente protecionismo norte-americano, expresso na taxação de produtos industriais brasileiros exportados com subsídios (que, afinal, apenas compensaram nosso cruzeiro ainda sobrevalorizado), é uma indicação desse fato.

No caso brasileiro, entretanto, o problema tornou-se mais grave, na medida em que os sucessivos governos norte-americanos sentem uma enorme dificuldade em reconhecer o grande processo de acumulação de capital ocorrido no Brasil nos últimos trinta anos. Nesses termos, insistem em manter para com o Brasil uma relação de tutela, que, obviamente, deixa cada vez mais de fazer sentido. Depois do momento de glória para a

tutela norte-americana que foi 1964, quando houve uma perfeita e momentânea identidade de interesses entre o *stablishment* norte-americano e as classes dominantes brasileiras (burguesia e classe média tecnoburocrática), as condições para uma política imperialista, que pretenda manter o País subordinado em troca de vários tipos de pequenos favores econômicos e de uma aliança básica com sua classe dominante, foram perdendo suas bases.

-2-

As razões para as relações de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos são, sem dúvida, inúmeras. A primeira, e a mais óbvia delas, é que os Estados Unidos detêm a hegemonia do mundo capitalista e o Brasil é uma formação social predominantemente capitalista. Por outro lado, os Estados Unidos são um país democrático, que, apesar de todas as limitações de sua democracia, serve de modelo para as elites brasileiras. Para estas, o projeto implícito de Brasil que impõem ao resto da sociedade é reproduzir a sociedade de consumo e a democracia norte-americanas. Esta é uma estratégia óbvia da burguesia local, que usa o modelo da sociedade norte-americana como instrumento ideológico de dominação interna. E contrapõe esse modelo ao modelo estatal soviético, como se essas fossem as duas únicas alternativas.

Tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, entretanto, não se confundem com suas classes dominantes e seus intelectuais orgânicos. Há bases para cooperação em outros níveis. Há, por exemplo, um grande número de representantes da classe média assalariada, principalmente de intelectuais de esquerda no Brasil e de liberais keynesianos ou radicais neomarxistas nos Estados Unidos, que pode ter entre si amplas faixas de objetivos comuns. Na denúncia da concentração de renda existente no Brasil, da mesma forma que na crítica ao autoritarismo brasileiro, ambas realizadas durante os anos 70, o papel dos brasilianistas e mesmo de alguns políticos norte-americanos foi importante. Contribuíram de forma significativa para o trabalho dos intelectuais e políticos de oposição brasileiros, que, então, se dedicavam a definir e a denunciar o modelo brasileiro de acumulação em marcha e a nova dependência a ele associada.

-3-

No plano das relações entre governos e classes dominantes dos dois países, entretanto, a cooperação básica vem

sendo habitada por relações de conflito. Esse conflito espelha-se em uma política externa independente inaugurada no governo Geisel e aprofundada no governo Figueiredo, embora já tivesse precedentes no início dos anos 60. O recente discurso do presidente Figueiredo na ONU é, nesse sentido, um documento fundamental. Sem hostilizar os Estados Unidos, o Brasil deixou claro seu alinhamento com os países do Terceiro Mundo e sua absoluta inconformidade com a ordem econômica internacional hoje existente, mantida sob a égide dos Estados Unidos.

A independência brasileira em matéria de política externa teve um de seus pontos altos no reconhecimento do governo de Angola, em 1975. Irritado com o fato, o então secretário de Estado, Kissinger, solicitou ao nosso ministro das Relações Exteriores, Silveira, em um jantar com várias testemunhas, que consultasse os Estados Unidos antes de tomar decisões desse tipo, tendo em vista os grandes interesses dos Estados Unidos em todo o mundo. Kissinger, obviamente, ao fazer essa solicitação, não percebia que os tempos da tutela pura e simples dos Estados Unidos sobre o Brasil haviam acabado. Modesta e ironicamente, o chanceler brasileiro retrucou que nossos interesses limitavam-se à América Latina e à África, de forma que o Brasil concordaria com um sistema de consultas prévias desde que os Estados Unidos concordassem com a recíproca em relação apenas à América Latina e à África. . . Naturalmente a conversa entre os dois chanceleres parou aí.

-4-

Essa crescente independência do Brasil está diretamente relacionada com o grande desenvolvimento do Brasil, principalmente quando comparado com os Estados Unidos. Esse país emergiu da Segunda Guerra Mundial como a grande potência hegemônica. E mantém-se até hoje nessa situação, mas de forma cada vez mais debilitada. No plano econômico, os Estados Unidos são claramente um país decadente. Isto é verdade em relação aos países estatais liderados pela União Soviética, aos países da Europa Ocidental e ao Japão e também em relação a diversos países subdesenvolvidos, principalmente ao Brasil. O Quadro I deixa este fato muito claro. Vemos por esse quadro que em 1950 o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos era 30,3 vezes mais do que o do Brasil, reduzindo-se essa relação para 10,6 vezes em 1980. A mesma tendência ocorreu para a maioria dos demais países. Entre os países que aparecem no quadro, a

Quadro I

Relação entre o PNB dos Estados Unidos e de alguns países selecionados (vezes)

PAÍSES	1950	1980
União Soviética	2,9	2,1
Japão	9,4	2,2
Alemanha	7,3	3,1
França	6,7	4,1
Inglaterra	4,7	5,8
Brasil	30,3	10,6
México	72,0	17,9
Argentina	19,6	38,9

Fonte: Banco Mundial e Simon Kusnets.

situação relativa dos Estados Unidos só melhorou nesse período em relação a dois países ainda mais decadentes: Inglaterra e Argentina.

O grande desenvolvimento do Brasil quando comparado com o dos Estados Unidos está na base de mudança qualitativa nas relações entre os dois países. Depois de um extraordinário processo de acumulação de capital e da implantação de um sofisticado parque industrial no Brasil, é impossível pretender manter as relações entre os dois países nos mesmos termos dos anos 40. Enquanto em 1950 o Brasil era ainda um país tipicamente subdesenvolvido, primário-exportador, hoje mais da metade das exportações brasileiras é constituída de produtos industrializados. Enquanto em 1950 a oligarquia agrário-mercantil baseada no latifúndio e no café dispunha de grande importância, hoje a hegemonia do capital industrial associado a uma sofisticada classe média tecnoburocrática estabelece objetivos de industrialização e desenvolvimento muito mais claros para o País. Ninguém mais discute a eventual "vocação essencialmente agrária" do Brasil, como se fazia ainda nos anos 50, nem afirma que haja inferioridade intrínseca do Brasil por motivos de raça, clima ou religião. Estas eram manifestações do que foi chamado

de “complexo de inferioridade colonial”. Os debates hoje, no Brasil, são outros.

O fato objetivo é que no Brasil, desde os anos 30, vem ocorrendo uma profunda modificação na natureza das classes dominantes e, em consequência, das elites dirigentes. Ao contrário do que acontece no Chile ou na Argentina, onde o capital agrário-mercantil continua hegemônico, aqui ele cedeu terreno para o capital industrial e para a tecnoburocracia. Em função disto, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tiveram necessariamente de mudar no sentido de uma maior independência do Brasil.

-5-

Isso não significa, entretanto, que o nacionalismo esteja aumentando no Brasil. Especialmente se definirmos nacionalismo como a oposição ao “capital estrangeiro”, como era feito até os anos 50, houve uma clara diminuição do sentimento nacionalista.

A crise do nacionalismo populista, contrário ao capital estrangeiro, está associada com a entrada em massa das empresas multinacionais na indústria brasileira, que ocorreu principalmente a partir dos anos 50. Esse fato histórico novo (que já analisei em artigo de 1963 e, depois, na primeira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, 1967) teve como consequência fundamental invalidar o diagnóstico corrente ainda nos anos 50 e no início dos anos 60 de que as grandes potências imperialistas estavam associadas ao capital agrário-mercantil para impedir a industrialização do Brasil. Daí a necessidade de um pacto populista entre a “burguesia nacional” e os trabalhadores para promover em termos nacionalistas o desenvolvimento do País.

Essa análise tinha uma razoável validade até o início dos anos 50, quando as empresas internacionais estavam principalmente dedicadas, no Brasil, aos serviços públicos e ao comércio (em outros países, também à mineração e às *plantations*), e não à indústria. A grande revolução representada pelas empresas multinacionais ocorreu, efetivamente, a partir dos anos 50, quando as grandes empresas industriais dos países centrais, diante das crescentes dificuldades do comércio mundial para seus produtos manufaturados, decidiram descentralizar em escala mundial sua produção.

A partir desse momento, as empresas multinacionais passam a comprometer-se intrinsecamente com a industrialização e o desenvolvimento do mercado interno (para o qual estavam principalmente voltadas) do Brasil. É verdade que se associam também a um forte processo de concentração de renda, agora incluindo as classes médias (burguesas e tecnoburocráticas), na medida em que uma parte considerável dos produtos que fabricam são bens de consumo de luxo, pelo menos do ponto de vista de um país com uma população pobre tão grande como a brasileira.

Em qualquer hipótese, a entrada em massa das empresas multinacionais industriais no País, levando os investimentos diretos a superar as remessas de lucros (inclusive, provavelmente, as disfarçadas), invalidou o velho diagnóstico nacionalista populista não apenas ao nível das classes dominantes mas também em amplos setores da esquerda brasileira. Ficou claro para muitos de nós que a nova dependência criada pelas empresas multinacionais exigia novos critérios críticos em relação a estas. Devia-se agora criticar o caráter (1) oligopolista, (2) concentrador de renda e (3) obstaculizador do desenvolvimento de uma tecnologia nacional. E, além disso, tornou-se evidente que afinal não havia uma diferença tão grande entre as empresas multinacionais e as grandes empresas locais, do ponto de vista de interesses dos trabalhadores. O nacionalismo populista fora uma forma de mascarar a luta de classes. A luta de trabalhadores por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por participação nos processos de trabalho, por representação sindical efetiva e por democracia autêntica encontrava e encontra obstáculos semelhantes na burguesia local e nas empresas multinacionais.

-6-

O advento das multinacionais, industriais, em última análise, não contribuiu para piorar as relações entre Brasil e Estados Unidos. Nos anos 70, entretanto, um novo tipo de dependência estabeleceu-se entre os dois países através do grande endividamento externo do Brasil em relação principalmente aos grandes bancos norte-americanos. Não importa agora discutir as causas e as culpas desse endividamento. O certo é que o descontrole do endividamento externo brasileiro, somado à crise da economia mundial, levou o Brasil, com seus 80 bilhões de dólares de dívida, a uma situação de prática insolvência.

Essa situação é grave para o Brasil, mas é também extremamente arriscada (e relativamente mais grave) para os grandes bancos norte-americanos. Uma quebra de caixa do Brasil pode facilmente levar alguns desses bancos à falência. E é preciso lembrar que um Estado nacional pode ter uma ruptura de caixa e suspender seus pagamentos internacionais, mas não pode ir à falência e fechar, enquanto um banco, por maior que ele seja, está sujeito aos riscos da falência.

Por isso, se formos buscar uma causa mais específica para a súbita visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil, esta será provavelmente a necessidade de encontrar uma solução para a dívida externa do País que não ponha em risco os grandes bancos norte-americanos. Estes, de sua parte, ainda que nos recomendem austeridade, estão desenvolvendo todos os esforços para evitar a ruptura de caixa do Brasil, a qual, se acontecer, decorrerá do fato de que os pequenos bancos e os capitalistas privados se recusam a emprestar para o Brasil; não decorrerá da suspensão voluntária de empréstimos por parte dos grandes bancos.

Mas os grandes bancos, sozinhos, provavelmente não serão capazes de manter a situação sob controle. Inclusive porque as autoridades econômicas brasileiras revelam a respeito do assunto uma timidez e uma atitude de dependência deploráveis, que afinal não ajudam os grandes bancos a sair da dificuldade.

Nesses termos, a solução, do ponto de vista dos grandes bancos, é recorrer ao auxílio do FMI e do governo norte-americano. Este, como representante legítimo do capital monopolista financeiro (e industrial) norte-americano parte em defesa de seus representados. Da mesma forma que a provável entrada do Brasil no FMI, a presença aqui do presidente norte-americano servirá como uma espécie de aval para a continuidade do giro de nossa dívida.

É preciso, entretanto, saber quais serão os custos que será preciso pagar por isso. Eles serão maiores ou menores, dependendo da nossa capacidade de formular uma política econômica austera mas não generalizadamente recessiva. Nesse sentido, nossas autoridades econômicas têm dado amplas demonstrações de sua incapacidade e paralisação nesse assunto. Ao contrário do que acontece com nossa diplomacia, revelam uma subordinação à ortodoxia monetarista e conservadora, vigente nos Estados Unidos e encarnada na política do presidente Reagan, que dificulta qualquer ação mais firme.

Nesse caso, entretanto, o problema é menos de conflito de interesses e mais de incapacidade das classes dominantes e das autoridades econômicas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos de perceber que, diante das novas realidades do capitalismo oligopolista e estatal contemporâneo, são necessárias e viáveis novas formas de enfrentar as crises econômicas.

Na verdade, o que se verifica, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, é uma incompatibilidade entre o desenvolvimento do capitalismo monopolista tecnoburocrático e as práticas conservadoras de política econômica, que insistem em pretender que o livre jogo das forças do mercado é capaz de coordenar os respectivos sistemas econômicos.

Essa incompreensão conjunta, cuja base ideológica está sediada nos Estados Unidos, revela, de um lado, o imperialismo ideológico norte-americano e a subserviência ideológica brasileira; mas revela, de outro lado, que, na condição de dois países industriais, que alcançaram (apesar de todas as suas diferenças) o estágio do capitalismo monopolista tecnoburocrático, têm, ambos, problemas comuns de administração de suas sociedades e de suas economias. Talvez possam discutir e trocar experiências sobre como enfrentar e administrar esses problemas.

(28/11)